

CARAS LEITORAS E CAROS LEITORES,

Esta publicação é o resultado do trabalho de pesquisa, formação e consultorias desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e que encontra na Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais parceria fundamental para a democratização do conhecimento e da reflexão sobre os processos da gestão das políticas culturais no Brasil.

Parte do conteúdo aqui publicado também é resultado das ações que seus autores desenvolveram em outra frente de trabalho fruto da parceria entre Ministério da Cultura (MinC), Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O livro está dividido em duas partes que guardam entre si autonomia, mas que estabelecem um rico diálogo tanto de tensionamento quanto de complementariedade. Todas as reflexões conceituais, institucionais e as boas práticas aqui relatadas e analisadas tomam como referência o artigo 216-A da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Cultura como um modelo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura baseadas na pactuação entre os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), a sociedade, a Lei nº 12.343 de 2010 e a Portaria nº 123 de 2011, que criam o Plano Nacional de Cultura, modelo sistêmico que reúne um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos, estratégias e metas que orientam a formulação de políticas culturais tanto no nível nacional, quanto estadual e municipal.

Aqui destacamos perspectivas conceituais e ideais, fruto da análise do ordenamento legal e institucional, e os processos de implementação no que se refere à construção de planos em contextos municipais.

Na primeira parte, **Planos Municipais de Cultura: por que e para quê?**, são apresentados textos que buscam oferecer uma reflexão crítica sobre os princípios institucionais, conceituais e políticos da construção de planos de cultura na esfera municipal. De autoria de professores e pesquisadores das instituições de ensino

superior aqui citadas e do ODC, os trabalhos oferecem um enquadramento mais amplo para a compreensão das boas práticas de construção dos Planos Municipais que integram a segunda parte.

Na sequência, **Experiências municipais na construção de Planos de Cultura** apresenta diferentes relatos e experiências de construção de Planos Municipais de Cultura. Gestores públicos, pesquisadores e ativistas culturais que integraram esses processos locais descrevem como se deu o processo de formulação e implantação dos Planos em nove municípios de diferentes regiões do Brasil.

São narrativas e reflexões que partem da vivência na construção de Planos Municipais de Cultura em contextos territoriais, sociais, políticos e culturais muito distintos.

Abrindo a primeira parte, no texto **Por uma cultura do público: planos de cultura e diversidade cultural**, José Márcio Barros e José de Oliveira Júnior promovem uma discussão sobre como o Sistema Nacional de Cultura (SNC), enquanto estrutura compartilhada de gestão da cultura, vai se consolidar, elencando desafios e necessidades que surgem desde o momento presente. Associados à defesa de uma construção pública da gestão cultural, a reflexão colocada é importante para jogar luz sobre as dinâmicas da construção federativa da cultura em todas as suas esferas, em especial na dimensão dos municípios.

Ernani Coelho Neto, em **Por que jogar esse jogo?**, adota como metáfora um singelo jogo de dominó para discutir a difusão e a qualificação dos Planos Municipais de Cultura a partir do ambiente institucional estruturado no SNC e apontar problemas e desafios no processo de assimilação, por gestores públicos municipais, da metodologia de construção de planos desenvolvida em parceria pelo MinC e a EAUFBA. Por fim, ele descreve os principais aspectos das iniciativas de apoio, assistência técnica e de formação a distância e semipresencial a representantes municipais, no âmbito de projeto conduzido pela EAUFBA e instituições parceiras.

Em **O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e a estruturação do campo das Políticas Culturais no Brasil**, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Helena Kuerten de Salles e Rosimeri Carvalho da Silva fazem um apanhado teórico para discutir a construção e organização institucional da cultura que desemboca no SNC. Para isso, elas utilizam elementos que colocam a gestão cultural em perspectiva histórica, o que permite elucidar uma reflexão mais profunda para se, de fato, o campo cultural brasileiro está estruturado.

Justina Tellechea e Horácio Hastenreiter Filho vão se dedicar a elucidar **O uso de tecnologias de ensino a distância na formação para a elaboração de Planos Municipais de Cultura**. Ainda dentro da perspectiva de uma conexão entre a vivência profissional, que buscou aliar técnica e reflexão crítica, os autores apresentam os processos desenvolvidos, dedicando-se a explorar as potencialidades dos resultados atingidos dentro da realidade de utilização do ambiente virtual e de uma transição metodológica que transformou o processo de elaboração dos PMC. Assim, têm como mérito a discussão para a absorção dessa estratégia em novas oportunidades de planejamento da cultura, em especial de suas políticas públicas.

Como conclusão da primeira seção de textos, Kátia Costa lança discussões sobre **Gestão Cultural, Planos de Cultura e Diversidade: desafios presentes e futuros para as políticas culturais municipais** como eixo de reflexão sobre os planos enquanto projeto base de uma gama de políticas públicas para a cultura que se atrelam à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Percorrendo o texto com questionamentos recorrentes em relação aos desafios atuais do planejamento público da cultura em âmbito institucional, especialmente no nível dos Municípios, os caminhos construídos chegam num emaranhado de sínteses sobre os limites do que se conquistou e sobre o que se enfrentará.

A segunda parte inicia-se com um texto que se debruça sobre um desafio: o **Plano Municipal para Sustentabilidade da Cultura em Cachoeira do Sul/RS**. O esforço de Marisa Timm Sari e Mirian Regina Machado Ritzel é de expor como o processo de construção do PMC pode ser uma etapa de planejamento que se defronta com uma tarefa importante em relação à área cultural no município: garantir sua reprodução, reafirmando as características tradicionais da realidade cultural e a adaptação institucional a esta.

A reflexão proposta por Pawlo Cidade em **Plano Municipal de Cultura de Ilhéus/BA: instrumento de convergências**, tem uma forma de observação dos elementos institucionais necessários para construção do plano em Ilhéus, Bahia (BA), e como esses elementos de estruturas, às vezes tão divergentes, têm de ser mobilizados para formarem confluências que gerarão o resultado que é o planejamento da gestão cultural no município. Toda essa discussão, por sua vez, é feita de uma forma que não permite distanciar este PMC do Plano Nacional de Cultura, reforçando como a construção federativa do SNC é uma das bases centrais de todo o processo institucional.

É dentro do marco da reflexão sobre a construção do PMC como política institucionalizada de cultura que Aloma Galeano e Maylla Pita discutem em **Plano Municipal de Cultura de Feira de Santana/BA: um relato da gestão à participação social na Princesa do Sertão**, como a participação social é eixo central na produção de políticas públicas de cultura – como os planos. A experiência da cidade baiana é utilizada como base para apresentação das dinâmicas de gestão e planejamento da cultura, confrontando os dados e metodologias utilizados pelo município no processo político.

A reflexão sobre o processo local de construção do Plano Municipal de Cultura a que se dedicam também Adriana Sampaio e Sérgio de Azevedo nos permite ir até o **Plano Municipal de Cultura de São Caetano do Sul/SP, 2012-2018: processo de elaboração, aprovação e reflexão crítica**. Trazendo uma experiência do ABC Paulista, os autores fazem um trabalho descritivo, mas também analítico de estudo sobre a relação entre Estado e sociedade civil, ponderando o papel de articulação da assessoria técnica da equipe da Universidade Federal da Bahia. Esse artigo tem um papel de proposição significativo ao trazer a gestão cultural como eixo das políticas culturais e da cultura.

Trazendo uma narrativa sobre o PMC como um objetivo coletivo amplo e de grande expectativa, Helder José Souza do Nascimento apresenta no texto **Um ideal, dez anos, mil sonhos: a elaboração do Plano de Cultura de Parnaíba/PI como um processo de intervenção social**, a experiência de um conjunto de mudanças promovidas como resultado da construção do plano. Dando relevância especial à importância dos atores, ele discute como estes foram fundamentais para a geração de um processo de planejamento da cultura no município que se realizasse de uma forma ampla, participativa e que tem toda a potencialidade de gerar uma centralidade ao campo cultural.

Na escrita de José Oliveira Júnior, ele apresenta os **Desafios do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte/MG: por uma política cultural de interesse público**. Iniciando o foco da discussão a partir dos processos estruturais dos PMC, ele se debruça sobre as dimensões que esses processos alcançam na sua materialização dentro da realidade do município de Belo Horizonte. Pensando a necessidade da democratização da política cultural, ele expõe desafios relativos à articulação do planejamento da cultura como parte do planejamento do município.

Contrastando com a construção de políticas culturais em cidades de pequeno e médio porte, Américo Córdula e Maria Almeida Jundurian Corá vão se dedicar à **Participação Social na elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Paulo/SP**, a maior cidade do país. Avaliando a experiência de utilização de ferramentas digitais e presenciais de participação pública, a discussão se propõe a integrar esses elementos com a atuação da Secretaria Municipal de Cultura e da consultoria da Fundação São Paulo, conectando três esferas de pensamento da política pública que geraram o plano como produto de suas interações.

Na experiência debatida por Paulo Morais e Virgílio César da Silva e Oliveira, se coloca a **Iniciativa popular em perspectiva: a experiência do Plano Municipal de Cultura de Três Corações/MG**. Tendo como inovação a construção do PMC do município a partir de um projeto de lei de iniciativa popular, o ponto de partida dessa construção se dá de uma forma diferente e com desafios novos ao planejamento, gestão e institucionalização da cultura, apresentando novas contradições que permeiam todo o processo do plano.

Ao finalizar as experiências dos municípios, Rosa Coelho Costa nos oferece a discussão sobre o **Plano Municipal de Cultura de Formosa da Serra Negra/MA: proposições e desafios para promoção da diversidade artística e cultural**. A autora se dedica, para além de eixos já apresentados por outros artigos, a expor a complexidade de relações que a diversidade cultural pode gerar na construção de uma política pública, sendo a própria complexidade uma questão e um produto dentro dos processos de elaboração e institucionalização da cultura. Por fim, ela reforça o papel orientador do PMC para a gestão cultural e da interdependência com os demais eixos da política federativa que foi gerada com o Sistema Nacional de Cultura.

Desejamos que este livro seja apropriado e compartilhado por um grande número de pessoas, sejam servidores públicos da cultura, gestores culturais, agentes e ativistas culturais, artistas e educadores, cidadãos para quem, ao final, as políticas culturais devem ser vocacionadas.

Boa leitura!

José Márcio Barros e Kátia Costa

Organizadores